

Comandante Jika

Reflexões sobre a
luta de
libertação nacional
(Outubro 1971)



LUCIO LARA

J I K A

Reflexões sobre
a Luta
de Libertação
Nacional

ELUCIDÁRIO:

| Onde se lê : | Deve ler-se : |
|--------------|------------------------------------|
| FAs | Forças Armadas |
| FG | Forças da Guerrilha |
| PCs | Postos de Comando |
| FAP | Forças Armadas Populares |
| CIR | Centro de Instrução Revolucionária |

Grate simbólicas
ao camarade Lúcio
Jana por ocasião da inaugu-
ração da banca do militante
Comandante Yika do CAL da UL.

«PROCURAR NO PASSADO,
O ESCLARECIMENTO DO PRESENTE
E A PREVISÃO DO FUTURO».

L. ALTHUSSER

Estas Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional são o desenvolvimento em 1971 de um primeiro ensaio que o Comandante Jika, como Director do CIR da Zona B da III Região escreveu em Março de 1969.

Iniciara a ofensiva inimiga com raids aéreos e descida de forças helitransportadas no dia 21 de Março de 1969, após um longo período de chuvas que foi aproveitado pelas nossas forças guerrilheiras para realizar algumas acções de grande importância paralelamente a numerosas outras, de desgaste e dispersão do seu dispositivo.

O primeiro trimestre de 1969 caracterizara-se para a nossa Zona, em particular, por uma carência enorme de armamento e equipamento e absoluta falta de abastecimento de géneros alimentares. As grandes chuvas impossibilitavam o recurso à caça ou à pesca. Foi um período de longas marchas para os ataques levados a efeito sacudindo a fome e a inoperatividade, aplicando a palavra de ordem de não deixar dormir tranquilo o inimigo nos quartéis.

Descalços, nós, famintos partiam os guerrilheiros e comandantes, partia o CIR, então congregando e reunindo a preparação dos combatentes e a alfabetização de crianças, para a acção. Pelo caminho, um ou outro tronco com mel de mbulumbulu, a mosca do mel, ou algum cortiço, mas sobre-

tudo mangas verdes ou maduras constituíam a logística alimentar.

O povo, disperso em diversas comunidades familiares, pelas matas, acolhia os guerrilheiros após missão cumprida, depois de ter carregado aos ombros ou à cabeça durante dias, as munições e toda a logística. Arrancava da sua profunda miséria, da sua profunda certeza de pátria, algumas batatas doces, uma ou outra mandioca para mitigar a fome de todos, mas sobretudo significar que estava com o seu braço armado num combate que não podia terminar senão com a vitória.

Foi neste contexto, vivido dia a dia, entremeado de ataques de paludismo que Jika, escreveu o primeiro ensaio que desenvolveria mais tarde em 1971 (Outubro) para um livro que não chegou a completar, porque os heróis não esperam nem vacilam quando a prioridade é oferecer a vida que trazem.

Jika é sem sombras de dúvida, o mais brilhante dos nossos estudiosos de problemas da filosofia e teoria da guerra. Dotado de um assinalável poder de síntese e de uma capacidade de análise penetrante Jika foi um estudioso marxista. E esta foi provavelmente, para além da definição do homem e da acção, a razão pela qual não chegou a concluir o seu livro.

A análise segundo o método marxista não é minimamente subjectiva, mas a capacidade de aplicar na observação um método que tenha em conta os factos e as circunstâncias que não são nunca as mesmas, sem jamais separar a teoria da prática.

A falta total de livros, material de leitura, transformava o estudo nessas condições na maior ou menor capacidade individual de computar as situações e formular as suas linhas teóricas à base de conhecimentos previamente somados.

Nesse contexto, isolados e cortados do contacto directo com «as outras circunstâncias» da luta nacional a teorização

dos problemas sofreria da falta de conhecimento objectivo «dessas outras circunstâncias» já que nem informação havia.

Era imperioso aguardar a possibilidade do encontro. Quando esse encontro tem lugar, a segunda guerra de libertação não concede ao estudioso senão o tempo de oferecer a vida ao povo, em nome dos princípios que o informam. Continua a luta. É Comandante!

É importante frisar que diferentemente de outros Camaradas que se dedicam à formulação teórica e política da nossa experiência, Jika aplica o método marxista liberto de fórmulas e de lugares comuns, que a normal memorização de momento do estudo provoca. Há de facto Camaradas que adquirem um volume grande de conhecimentos teóricos, mas não sedimentam esses conhecimentos, não realizam o processo de osmose intelectual e resultam incapazes de exprimir por si as ideias colhidas sem recitar o que estudaram. Este fenómeno permite sempre a dúvida, entre o ter compreendido e, ou, o ter decorado simplesmente a teoria.

Jika é um dos que compreendeu a teoria e o método. O brilho da sua exposição assenta em qualidades individuais de estilo e forma aliadas à contribuição que faz ao estudo das diferentes experiências.

Este é outro aspecto importante dos escritos de Jika. Jika contribui para a teorização do nosso processo principalmente nos aspectos da linha política e militar da guerra. Outros Camaradas há que o fazem noutros domínios da complexidade do processo revolucionário, contrariamente a alguns que demonstram ter simplesmente decorado a teoria. Estes substituem no recital a parte geográfica das suas memorizações, como se a nossa realidade objectiva constituísse a reprodução fotogénica da experiência que colheram da leitura, apenas projectada numa sala diferente.

Jika percebe o fenómeno que se repete, aponta o fenómeno inédito e analisa o fenómeno que se transforma, ao estudar a circunstancialidade da nossa experiência.

É inegável contudo que se encontram não só no conteúdo mas também na forma e por vezes a citação fiel mas oportuna (nunca oportunista), e de outro modo não poderia ser, a presença dos grandes pensadores ideológicos e militares da revolução.

Há verdades que não podem ser descobertas de novo, porque já o foram há muito tempo antes de nós.

Essa capacidade de colher no momento exacto o pensamento ou a experiência dos que nos antecederam é em primeiro lugar confirmação objectiva do universalismo perene da teoria marxista-leninista. Mas é também a desmonstração do seu estudo verdadeiro como o faz Jika e não a sua utilização para colmatar carências próprias de quem quer ser teórico sem nada ter para dizer.

Não é vergonha nenhuma, nem constitui condição de inferioridade repetir ideias já expressas pela revolução, até porque elas são património da humanidade. Porém há um contributo individual de cada revolucionário ao utilizar a teoria revolucionária, e esse é, a honestidade e objectivos revolucionários com que o faz. Estará desse modo como diz Althusser, citado por Jika a «procurar no passado, o esclarecimento do presente e a previsão do futuro».

A análise das classes sociais e das componentes da Nação angolana foi uma das preocupações que Jika não pôde realizar mais profundamente como era seu desejo, limitando-se ao apontamento breve, incluído nestas suas Reflexões e a mais um ou dois escritos esquemáticos. Um maior espaço é ocupado pelas referências ao campesinato, fruto da experiência que directamente viveu no Leste de Angola, na III e IV Regiões. Do mesmo modo o processo de transformação da consciência de classe através da prática revolucionária consequente constituiu matéria de estudo apenas afluída nestas Reflexões e em outros escritos seus, não definitivos, dispersos, que se impõe no entanto coligir a fim de obter-se uma visão global da sua importância.

Relativamente às questões sobre o campesinato é imperioso não esquecer precisamente «as circunstâncias» e particularidades do espaço nacional em que se desenvolve a luta armada de libertação nos diferentes períodos históricos. As etapas de desenvolvimento sócio-económico diferentes de região para região geraram necessariamente também diferenciações na condução da guerra, assim como forneceram elementos de análise complementares para cada situação.

O Leste de Angola, particularmente a III Região sofreu o que poderia chamar-se um processo de impotência e hibernação colonialista na fronteira de um semelhante comportamento entre dois modos de actuar do colonialismo : o português e o britânico.

A impotência do colonialismo português cifrou-se na sua falta de força, de inteligência e até de capacidade evolutiva para incidir sobre as estruturas tradicionais de vastas regiões como aquelas.

Isso motivou uma forma de hibernação colonialista que sepultou aquelas regiões num total imobilismo social e político, num total obscurantismo que só se interrompia com a penetração dos caciques religiosos da parte inglesa que no entanto mantinha intactas determinadas características tradicionais negativas, ou dos cipaios e angariadores da parte portuguesa, para a recolha de «contratados» para o trabalho forçado.

Foi ingente o trabalho político do MPLA que no espaço de poucos anos transformou os homens, catapultou a sua visão do mundo e construiu militantes revolucionários conscientes. Criou ali uma marca do caminho para o Homem Novo. Jika esteve inegavelmente com muitos outros Camaradas na base dessa pirâmide de objectivos que nos levariam à vitória.

Jika foi capaz de teorizar a guerra e fazê-la quer como guerrilheiro quer como comandante. Realizou em si a auto-superação do estudante de medicina numa faculdade de renome, que interrompe os seus estudos distintos para inte-

grar-se na luta armada do seu povo contra o imperialismo e a exploração do homem pelo homem.

Opera em si a transformação classista ao encontrar a realidade de luta e toda a sua complexidade.

O Comandante Jika afirma a dado passo :

«Não se transforma senão aquilo que se conhece. A revolução impõe pois uma exigência metodológica fundamental : a de encontrar na realidade, a fonte e as forças da sua própria transformação».

É a inteligência do papel da guerra que é com Clausewitz a continuação da política por outros meios.

Esta visão da subordinação militar à política constituiu desde o primeiro instante a base da orientação do MPLA e da sua estrutura. Havia que capacitar os guerrilheiros para o significado e a distinção entre dois soldados armados representando um, o exército popular, a luta do povo, e outro, o exército inimigo, a opressão. A sua diferença basilar é política, já que só ideologicamente os homens se distinguem.

Como Director do CIR da Zona B, e mais tarde membro do Comando da IV Região, o Comandante Jika alarga a formulação do conceito de unidade à problemática do nosso mosaico social, tribal e racial.

A guerra, a luta de libertação nacional generaliza a integração, e dinamicamente processa a clivagem entre revolução e reacção. É assim que no contexto preciso da luta de libertação nacional ela ultrapassa os esquemas e não define os homens fundamentalmente pela origem dos combatentes mas sim pela maior ou menor incidência dos princípios ideológicos sobre os indivíduos em presença no terreno da luta.

«A acção militar, mesmo com as suas carências desnuda, contesta, põe em causa estruturas, ideias, e quantas vezes mesmo os homens», constata Jika para mais adiante ao analisar o ofensiva e contra-ofensiva afirmar : «Há os que sem dúvida pensam que no futuro se procederá a uma contabilização geral das presenças e pensam nessa altura apresentar um saldo positivo».

É sempre a distinção entre revolução e a sua instrumentalização para objectivos pessoais que desta vez denuncia sem ambiguidades. A denúncia é na sua atitude, depurativa e construtiva. Ela insere-se na busca de unidade, sempre na fusão do político com o militar : «No aspecto defensivo, há que ter em conta que a solidez dum cadeia é determinada pela solidez dos seus elos».

De regresso de um estágio político-militar na China, com os companheiros de sempre, Xietu, Ludi, Ndozi, Kito, Petrof, Dangereux, Mundo Real e Zorro, encontra os fundamentos estruturais do MPLA minados pela traição e a infiltração inimiga. Jika, Dilolwa, aqueles e tantos outros companheiros, unem-se em torno do Presidente, o Camarada Neto e lançam o Movimento de Reajustamento, a mais dinâmica das etapas do MPLA, para aprofundar o conteúdo ideológico da nossa luta. Surge a directriz fundamental : «as massas são o ponto de partida e o ponto de chegada de toda a orientação política do MPLA», que desde a sua fundação encontrou sempre a sua força no apoio que lhe vem das massas populares. É o ponto de partida para o salto qualitativo : a necessidade imediata de «fazer uma delimitação do estatuto teórico do conceito classe».

A determinação das forças componentes da Frente Nacional, seus limites e suas tarefas e a sua subordinação à ideologia de proletariado é uma das grandes vitórias do Reajustamento. A clara definição do papel que terão de desempenhar na Revolução, a classe operária, os camponeses, os intelectuais revolucionários, e a pequena burguesia nacionalista que com outras forças patrióticas seja capaz de dar o salto qualitativo.

A classe operária no nosso País concentra-se, por enquanto, quase que exclusivamente nos grandes centros. Tendo sido juntamente com os camponeses a classe mais explorada, ela está destinada por inerência, a conduzir o processo do prosseguimento da Revolução até ao fim. Contudo, e por

razões históricas justificáveis a nossa classe operária é todavia objecto programático e ideológico do partido.

Entretanto começa a realizar-se uma rápida tomada da consciência de classe que, pouco a pouco, vai ganhando a força de directriz do partido e determinante do seu conteúdo. Para tal contribuiu, sem dúvida, não só a firmeza da linha política do MPLA, mas também a agudização das contradições com o imperialismo, logo após a derrota sofrida na Primeira Guerra de Libertação Nacional.

Efectivamente a Segunda Guerra de Libertação Nacional, realizada num contexto diferente e envolvendo forças directamente polarizadas pelo imperialismo contra a consequente insurreição popular, chamou a classe operária a um papel de luta que até então não tinha sido possível.

Não deixa, no entanto, de ser oportuno chamar a atenção para aqueles que confundem actividade profissional com a definição de elemento da classe operária. Este é definido pela sua consciência de classe que é um fenómeno de origem económica, que encerra um contorno ideológico preciso e uma mentalidade própria. A ideologia e a consciência de classe não são hereditárias.

Os passos longos que a nossa classe operária tem vindo a dar, reforçando deste modo a base e o conteúdo da nossa revolução, demonstram também que ela, a classe operária, fundamentalmente originária do campo, começou a desprender-se da mentalidade de origem. É dialecticamente certo que os meios de produção condicionam a mentalidade do homem que por sua vez os transforma em instrumentos de luta.

«A evolução de uma classe é fundamentalmente função das condições objectivas, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas», escreve o Comissário Político Jika.

É a linha política do MPLA.

As coordenadas da sua evolução, o estádio actual dessa evolução, no nosso País é definido pelo Presidente do MPLA que afirma :

«Quem dirige um país, dirige um povo. A classe que dirige, dirige um povo. Dirige portanto todas as componentes desse povo (...) O que interessa neste momento é que a direcção em todos os domínios passe para as classes operária e camponesa. Este é que é o verdadeiro problema e que não pode ser falseado pela demagogia, pelo oportunismo e pela ambição.

Vamos sempre lutar pela unidade da Nação sob a orientação dos operários e camponeses».

/ / /

Jika, Gilberto Teixeira da Silva, tombou sem ter assistido à vitória dos princípios que ajudou a construir no MPLA.

Rasgaram-se as folhas políticas, quebraram-se os ferros das armas, apenas permanecem as pétalas sem morte da vida do herói, florindo do povo. E porque estás realizado na vanguarda das ideias, o marxismo-leninismo, veiculando-as através de um Movimento-Partido-Estado-Frente Nacional, Jika companheiro, não sei falar de ti, não sei recriar-te melhor que na imagem de uma bandeira vermelha e negra com uma estrela de ouro.

/ / /

Feliz iniciativa a do Departamento de Orientação Política do MPLA, a de publicar estas Reflexões sobre a Luta de Libertação Nacional, por altura do II Aniversário das FAPLA.

É necessário dar-lhe continuidade e levar ao conhecimento geral muitos outros trabalhos, que nas condições heróicas, dolorosas e dignificantes da guerra apareceram enriquecendo o conteúdo da nossa luta.

Luanda, Julho de 1976

NDUNDUMA WE LEPI

O Camarada Gilberto Teixeira da Silva, Comandante Jika, era membro do Comité Central, do Conselho Supremo da Defesa e ainda Comissário Político do Estado-Maior Geral das FAPLA.

Nasceu a 17 de Setembro de 1943 no Bié, tendo feito os seus estudos liceais em Benguela e no Lubango.

Em 1960 matriculou-se na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Medicina, onde esteve até 1962, desenvolvendo durante esse período de tempo actividade clandestina em prol do MPLA.

Em 1962 fugiu de Portugal, a bordo de um barco de pesca, na companhia de outros Camaradas, indo parar a Marrocos.

De 1962 a 1964 continuou os seus estudos na União Soviética.

Em 1964, tinha o MPLA atravessado a grave crise de 1963 que teve como reflexo o abandono de muitos quadros, quando foi feito apelo aos estudantes para se juntarem às fileiras de combatentes, tendo o Comandante Jika sido o primeiro a responder.

Uma vez integrado nas fileiras combatentes do MPLA e devido às suas qualidades de trabalho foi nomeado sub-director do CIR da II Região Político-Militar, onde se manteve de 1964 a 1967.

Em 1967/68 fez o seu primeiro treino militar.

Durante a sua permanência na II Região fez parte da equipa do programa radiofónico «Angola Combatente».

Transferido para o Leste foi nomeado em 1968 Director do CIR da Zona B da III Região.

De 1969 a 1970, na qualidade de Director do CIR da IV Região, no distrito da Lunda, participou em vários combates contra as tropas colonialistas.

De 1971 a 1972 fez o seu segundo treino militar.

Durante o Movimento de Reajustamento foi um dos elementos mais dinâmicos, defendendo intransigentemente a linha do nosso Movimento contra todos os desvios.

Em fins de 1972 é nomeado Comissário Político do Estado-Maior da Frente Leste com a patente de Comandante de Coluna.

Durante a Conferência Inter-Regional de militantes, em Setembro de 1974, é eleito membro do Comité Central do MPLA, sendo nomeado, na mesma altura Comissário Político do Estado-Maior e, nessa condição assume as funções de membro do Conselho Supremo da Defesa do MPLA.

O Comandante Jika tombou em defesa da integridade nacional, em Cabinda, no dia 3 de Junho do ano passado em combate contra as forças reaccionárias fantoches.

Há 10 anos, que, de armas na mão, o nosso povo se bate pela sua libertação nacional.

Trajectória longa, heróica, entremeada de pesados e duros sacrifícios, de derrotas e vitórias, percorrida sob a direcção do MPLA, com a determinação que só a convicção profunda da imensa legitimidade das aspirações pode dar, sob a inabalável decisão de lutar até ao fim, de lutar até vencer.

Trajectória que, constituindo o prolongamento natural e necessário da resistência heróica que desde sempre foi oposta ao colonialismo, impõe a admiração e o respeito de todo o mundo, pela abnegação, audácia e espírito de sacrifício, com que foram transpostos os obstáculos naturais e artificiais, com os quais se quiseram tolher os nossos passos.

Itinerário de engajamento, marcado pelo exemplo vivo daqueles que tombaram, que foram dos melhores dentre os melhores, aqueles para quem a entrega total sempre constituiu uma regra de acção quotidiana, toda uma metafísica a inspirar uma resolução sem limites,

uma actividade infatigável, uma grande dedicação patriótica. Desses que não morreram, já porque através deles e das suas vidas de combate, vive toda a epopeia heróica do nosso povo, se reflecte tudo o que ele teve e tem de mais vivo, puro, sublime e grandioso.

Hoje, o mundo é testemunha, de, como rica desse capital privilegiado, a crítica arrasante das nossas armas, abate os mitos duma secular propaganda, descobre todo um véu de mentiras e falsificações históricas, provoca a derrocada de um imenso edifício, baseado na mais bárbara e retrógrada das explorações a que jamais povo algum esteve sujeito.

Durante séculos passivamente sujeitos à História, nela hoje irrompemos triunfalmente, exemplos vivos de querer e vontade inquebrantáveis, arquitectos do nosso próprio destino, agentes dignos e responsáveis dum processo revolucionário sólido e consistente, cujas dominantes fundamentais, são o dinamismo e a tendência para uma progressão ininterrupta, de tal forma irreversível, que nada nem ninguém conseguirá paralisar, sejam quais forem as circunstâncias, os meios a utilizar, as alianças a dispor, marcado como ele está pelo traço indelével dos acontecimentos históricos que transfiguram os homens, dando-lhes uma dimensão supra-humana, que caracterizam as épocas, que aceleram a marcha da roda da humanidade para um futuro mais radioso e progressivo.

E o inimigo, na paralisia das maquiavélicas intenções irrealizáveis, preso na convulsão do desespero dos momentos que precedem a derrocada, embrulha-se ainda mais no ridículo da inconsistência dos subterfúgios estratégicos e táticos, com os quais tenta impedir de ser fatalmente precipitado na lixeira da história.

Ébrio já do travo amargo da derrota e da impossibilidade de se furtar aos implacáveis desígnios da história, embebedada-se ainda mais na orgia trágica da ignomínia, da barbárie, e do genocídio desta guerra injusta, sugando vorazmente o sangue dos infelizes jovens portugueses.

Quanto a nós, em unísono prosseguiremos a nossa marcha, altivos e estóicos, para a realização dos nossos objectivos, para a construção dos desígnios da história, perspectiva visível, consciente e irrefutável da nossa luta de hoje, sem dúvida apocalíptica realidade do dia de amanhã.

CAPÍTULO I

O CARÁCTER DA GUERRA

A guerra é um fenómeno social e histórico, que surge numa determinada etapa de desenvolvimento da sociedade. Ela é o produto de determinadas relações sociais e económicas.

Na sua essência, a guerra é como um duelo, mas em proporções mais amplas. É tal como num duelo entre dois lutadores, ela é um acto de violência destinado a obrigar o inimigo a executar a nossa vontade. E para atingir esse fim, é necessário desarmá-lo, subjogá-lo, torná-lo inofensivo, e por definição, tal é o objectivo das operações militares. Para atingir esse objectivo, é preciso conservar as nossas forças, destruindo as do inimigo, e colocando-o em condições subjectivas e objectivas tais, que ele seja incapaz de continuar o combate.

Como diz Clausewitz, «a guerra é a continuação da política por outros meios». Quando a política atinge um certo grau de desenvolvimento, o qual ela não pode ultrapassar pelos meios convencionais, então rebenta a guerra. A política determina pois os objectivos da guerra, a sua orientação, a sua amplitude, exercendo

a sua acção sobre a escolha dos meios e formas de guerra, influindo também sobre o carácter social e sobre as particularidades das FAs.

Mas a guerra, não é a política habitual, mas sim a política realizada por um meio particular: a violência. Não se pode porém reduzir a guerra à violência armada. As acções das FAs acompanham-se de choques e pressões em todas as frentes (económica, diplomática, etc.). Pela sua natureza pois, a guerra é a unidade indissolúvel da política e da violência armada.

O resultado da guerra depende de uma multidão de condições próprias a cada um dos beligerantes: militares, políticas, económicas, factores morais, carácter da guerra, ajuda internacional. Estas condições não criam por si só a vitória ou a derrota. Para obter a decisão, é necessário ainda esforços subjectivos, ou seja, a direcção militar e a condução das operações, ou seja, a acção consciente na guerra.

A guerra é um fenómeno complexo que obedece a leis objectivas, cujo estudo constitui a ciência militar. Afirmá-lo, é das tais verdades que pouco se hesita em aceitar teoricamente. Só quando porém se experimentam todas as consequências que derivam de negligência na aplicação prática dessa verdade, se está em medida de a confirmar e aplaudir ruidosamente. E só na amargura dos insucessos, é possível abarcar a totalidade das implicações que esse princípio encerra, instruído pela educação dolorosa e terrível dos factos.

Ciência pois, porque assenta na experiência do sangue vertido nos campos de batalha de todas as épocas, arte, já que para além dos domínios do possível, ela deve explorar a tensão máxima da audácia,

imaginação e todas as qualidades morais e intelectuais, A guerra não pode nem deve constituir objecto de manipulação das boas vontades do amator, por melhores que elas sejam, das inexperiências e ignorâncias do incauto, e menos ainda das gabarolices do fátuo.

É histórico que os maiores capitães de todas as guerras, não foram aqueles que só tiveram a vantagem de usufruir das bagagens teóricas. Terão sido, ao contrário, os que ricos do privilégio de prodigiosas qualidades morais e intelectuais, e tendo conseguido com a necessária lucidez aperceber-lhe os mecanismos e as peripécias, souberam conquistar a disciplina dos exércitos, a veneração dos povos e a glória e exaltação das vitórias indiscutíveis. E se a história lhes reservou as suas mais empolgantes páginas, terá sido pela ressonância dos acontecimentos que as suas extraordinárias personalidades souberam catalizar. Não são as atribuições nem os cargos que fazem os chefes, e ser vanguarda comporta riscos, implica convicções; ser vanguarda, não é refugiar-se na relação puramente emocional para com a guerra, nem muito menos chafurdar nos privilégios que inevitavelmente a função por vezes comporta.

A guerra e a ciência militar, exigem e merecem a reflexão séria e honesta do despretensioso, o estudo pertinaz e profundo do aplicado. Elas necessitam para a sua inteligência correcta, um certo discernimento intelectual, aplicação, perseverança e necessariamente uma tensão extraordinária das qualidades morais.

A guerra é um sujeito complexo. A complexidade advém-lhe do seu dinamismo e mobilidade. A mais característica constante da guerra, é a inconstância do seu desenvolvimento, a volubilidade e instabilidade das situações militares.

Como todo o fenómeno objectivo, ella não desenvolve uniforme, linearmente. Progride e retrocede, evolui por saltos. Que o desenvolvimento duma situação militar se proceda sob a forma duma progressão contínua e ilimitada, tal só poderá ser concebido por um optimismo exagerado, fruto duma ignorância ou vaidade verdadeiramente atávicas.

A guerra mete face a face dois adversários, cada um deles disposto a provocar a derrota do outro; para atingir esse fim, ambos põem em jogo todas as energias, possibilidades e reservas. Para se protegerem de certos riscos, nunca nenhum dos dois beligerantes se deverá considerar como predestinado a uma vitória. Os desígnios da história têm por vezes a particularidade de progredirem pelo caminho que menos seria lícito esperar, reservando surpresas desagradáveis àqueles, que, repousando numa confiança cega, os esperavam noutra encruzilhada.

O estudo e a análise do fenómeno da guerra, devem ser entendidos no quadro dum esforço da prática teórica. É verdade que, durante certo tempo, as prevenções anti-teoria foram no nosso seio infelizmente vulgares. Não importa aqui destrinçar as suas razões sociais e históricas. A atitude anti-teórica é, em definitivo, uma arma operacional do arsenal ideológico do oportunismo e em particular duma das suas mais virulentas formas: o arrivismo.

Se é verdade que a luta hoje avançou, e que as ideias e os homens sofreram e continuam a sofrer a dura e implacável contestação dos factos da guerra, desaparecendo assim a sensibilidade de certas prevenções, resta ainda combater incompreensões. Os imperativos da razão prática recomendam-nos restituir à

teoria a função que lhe pertence, pois a eficácia histórica nasce da acção consciente, e esta não se concebe senão quando superiormente iluminada pelo fulgor da teoria revolucionária.

O combate libertador, para ser eficaz, necessita e exige a intervenção lúcida da teoria, não concebida como fruto das circunstâncias da espontaneidade individual, mas como um esforço institucionalizado.

O esforço teórico deve ser pois compreendido como uma prática teórica, destinada a trabalhar as situações, produzindo os conhecimentos. Os problemas teóricos não são problemas subjectivos, nem abstractos. Pôr e resolver um problema teórico, consiste em enunciar teoricamente as dificuldades e soluções dos problemas de desenvolvimento da praxis. As dificuldades existem na prática; o papel da teoria é a elaboração das suas enunciações teóricas.

É nesta medida em que a teoria ilumina, sugere e orienta a aplicação das soluções. E é nesta medida que o estudo e a análise da guerra se enquadram na necessidade da prática teórica.

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS
DA GUERRA
DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A guerra de libertação apresenta certas especificidades que importa referir.

Em primeiro lugar, trata-se duma guerra justa. A luta do nosso povo persegue objectivos justos e progressivos, recolhendo a simpatia e a solidariedade do mundo inteiro, enquanto que a guerra bárbara e injusta do colonialismo português é alvo duma condenação universal.

A luta de libertação nacional assume o carácter duma guerra revolucionária. A tomada do poder, não é para nós, senão um objectivo mediato, que permitirá realizar com mais profundidade e em escala mais vasta um processo histórico já encetado : a Revolução. Esta característica, na aparência insignificante, reveste-se duma importância fundamental. **A independência nacional não representa senão uma modificação no domínio da superestrutura, enquanto a revolução significa mudança total das relações de produção e sobretudo, ruptura dos laços que acorrentam o nosso País ao sistema capitalista mundial. A independência e a revolução são duas tarefas concomitantes. Justamente por essa**

razão, a nossa guerra é a unidade de dois momentos : o da destruição e o da criação. **Destruição do aparelho colonialista e em particular dos seus instrumentos de repressão; criação do homem novo e de novas estruturas sociais e económicas, cristalizadas nas instituições revolucionárias e na vida que impera nas nossas regiões controladas.**

Como todas as guerras revolucionárias, o combate libertador é uma guerra ofensiva. GIAP, afirma : «a revolução é a ofensiva». Muito embora conheçamos a defensiva e a retirada, é fundamentalmente o espírito ofensivo que preside a elaboração da nossa estratégia e da nossa tática. O ritmo de evolução da nossa luta é cadenciado por um «crescendo» vigoroso e progressivo. O pensamento ofensivo deve pois constituir a base ideológica da nossa estratégia de libertação.

A relação de forças entre nós e o inimigo determinou a adopção duma linha estratégica de guerra popular de longa duração. Popular, porque só poderá ser ganha com a participação maciça, unitária e organizada do povo; **de longa duração, porque só o tempo permitirá superar as nossas fraquezas e consolidar as nossas forças, ao mesmo tempo que, gradualmente, aumentando as dificuldades do inimigo e reduzindo as suas vantagens o levamos ao colapso final.**

A guerra popular comporta **duas lutas : uma política, outra militar.** Complementares e **indissociáveis**, elas constituem a sua essência estratégica. Campanhas e combates de decisão rápida no exterior das linhas no decurso duma guerra prolongada, tal é o essencial da estratégia da nossa guerra popular.

O decorrer da nossa guerra de libertação, tem sido cadenciado por uma certa periodicidade. Cada

campanha levada a efeito neste vasto teatro de operações que é o nosso País, tem sido a repetição de uma interpolação violenta de dois movimentos : a ofensiva e a defensiva. A ofensiva generalizada ou parcial do inimigo, a que corresponde a defensiva das FG, e a ofensiva destas a que corresponde a defensiva inimiga.

E a tendência do desenvolvimento da guerra no ponto de vista militar é a resultante dialéctica da contestação violenta dos dois esquemas. O avanço da guerra agudiza a violência desta contestação primária : o volume e o potencial das duas forças adversas reforça-se, o teatro de operações é mais vasto e a qualidade estratégica das mesmas acentua-se progressivamente.

Quanto mais avançamos, quanto maiores são os nossos êxitos na campanha precedente tanto mais vasta e violenta é a ofensiva inimiga na próxima campanha. Da mesma forma, a esta última corresponderá uma próxima ofensiva das FG de maior envergadura. Este jogo de réplica e contra-réplica, e a periodicidade com que ele se repete, são características importantes.

A nossa acção assume um carácter político-militar, em que dois factores se intercondicionam, jogando o político um papel fundamental. As relações entre o político e o militar são relações complexas, que não podem ser encaradas sob um prisma mecanicista. O factor político é decisivo. É ele que determina a escolha dos objectivos, meios e formas de acção. As alterações do factor político condicionam transformações militares. O que evidentemente não exclui que, em certas ocasiões, o factor militar possa assumir uma importância decisiva como quando, por exemplo, só a acção militar permite alcançar determinados objectivos políticos.

A nossa guerra de libertação tem fundamentalmente assumido a forma de uma guerra de guerrilhas. A guerra de guerrilhas é a forma principal de que se revestem as operações militares durante as etapas estratégicas iniciais da guerra popular caracterizadas por uma situação de inferioridade de forças por parte das FG. Nas etapas seguintes, ela continua a constituir uma forma de luta, mas a sua importância e utilização é relegada para plano secundário.

A guerra de guerrilhas é praticada por pequenos grupos táticos, extremamente móveis e dificilmente detectáveis. A sua acção, de conteúdo profundamente político, tem por objectivo desgastar, fatigar, importunar e aterrorizar o inimigo e, simultaneamente, levantar, mobilizar e unir toda a população do País. Para alcançar esse objectivo, uma guerrilha, deve manter-se em ofensiva tático-operacional permanente. A acção da guerrilha assenta em determinadas regras táticas, das quais os manuais especializados falam com abundância.

Uma guerrilha, atravessa inicialmente uma fase de preparação política e de instalação, durante a qual ainda não tendo conquistado o apoio integral das massas, carente de quadros e de meios, rodeada por todos os lados pelo inimigo, ela deverá ser duma mobilidade e eficácia invulgares, mantendo sempre a ofensiva tática e estratégica, não deixando ao inimigo a oportunidade de a atacar e destruir. Se resiste às dificuldades desta fase inicial, que sem dúvida é a mais dura, ela estará em condições de se desenvolver desde que não cometa erros graves.

A fase seguinte, a do crescimento, e a acumulação de forças, homens e meios. Aumento de efectivos, enriquecimento dos meios, multiplicação de grupos,

condução de ataques de maior envergadura e importância. Durante esta fase, o inimigo deverá ser estrategicamente fixo ao terreno. Debaixo dum controlo cerrado, ele não deverá ter a possibilidade de se movimentar. À mínima tentativa, deverá ser castigado.

Por seu lado, a guerrilha já poderá sustentar e reagir às inúmeras operações de limpeza, batidas e ofensivas de grande envergadura que o inimigo, desesperado, não deixará de lançar a fim de desalojar as FG. Nesta altura, a guerrilha entra na sua fase de generalização.

Ela explodirá, irradiando os seus tentáculos, atingindo novas áreas e novas populações. Simultaneamente, na sua retaguarda, as condições estão maduras para a passagem a novas formas de organização e a utilização de novas tácticas de combate.

A guerrilha tem pois uma função e uma qualidade estratégicas :

- A de agitar, mobilizar e canalizar as potencialidades revolucionárias.
- A de desgastar e enfraquecer o inimigo.
- A de isolar interna e internacionalmente o inimigo.
- A de se irradiar e generalizar, criando novos focos de luta.
- A de violar a relação de forças.
- e finalmente, a de preparar a passagem para a guerra de movimento.

Como se acabou de ver, a nossa guerra de libertação apresenta características comuns a todas as outras guerras revolucionárias e características específicas que são resultantes das condições políticas, militares, económicas e sociais do nosso País. Por essa razão, tendo como base o conhecimento das experiências dos outros povos, devemos procurar ver com lucidez aquilo que nos é específico, aplicando a solução para os nossos problemas, na base das suas condições particulares.

CAPÍTULO III

**GUERRA E ESTRUTURAS
SOCIAIS**

Não se transforma senão aquilo que se conhece. A revolução impõe pois uma exigência metodológica fundamental: a de encontrar na realidade, a fonte e as forças da sua própria transformação.

A inteligência das estruturas da sociedade angolana, das particularidades apresentadas pela pirâmide social, possibilita e favorece a condução correcta duma acção que visa a sua modificação, garantia pois de eficiência histórica da prática revolucionária.

Não obstante o facto, de que a guerra, introduzindo um elemento de catalização da evolução das formações sociais, joga um papel revelador da dinâmica da sua estruturação, a demarche analítica apresenta-se extremamente difícil.

A primeira consideração a fazer, é a de que estamos em presença duma estrutura «a dominante». Essa estrutura, resultante dum itinerário histórico espe-

cífico, caracteriza-se pela dominação das relações de produção capitalistas e pela adequação das relações pré-capitalistas e não capitalistas às primeiras, constituindo um todo social onde imperam as leis de funcionamento capitalista. A introdução das relações capitalistas dominou sem contrapeso as realidades económicas e sociais regionais, adequando-as às características e necessidades de funcionamento do sistema.

Há pois a considerar a existência de dois sectores, marcados por um grande desnível tecnológico: um sector colonial, onde imperam as relações de produção capitalistas e um sector tradicional. Não existe entre os dois uma demarcação nítida. As relações de produção capitalistas são dominantes, pelo que o sector tradicional tem progressivamente a tendência de se reduzir.

O sector colonial, é caracterizado por um desenvolvimento desequilibrado, desigual e retardatário das forças produtivas, por uma hipertrofia dos sectores terciários em detrimento das esferas produtivas.

O sector tradicional, apresenta-se como uma comunidade rural (não confundir com comunidade primitiva), historicamente adinâmica devido à incapacidade estrutural de realizar a reprodução alargada; apresenta contudo elementos de diferenciação.

A introdução e a extensão das culturas de exportação, a difusão mais ou menos profunda da economia monetária (mercados rurais), tem-na progressivamente conduzido à desintegração.

A coexistência destes dois sectores económicos, determina a existência duma estrutura classista. Há

que porém ter em conta, que o combate libertador, colocando na ordem do dia a reivindicação nacional, atenua e mascara as relações de classe.

Na sua maioria, as classes sociais no nosso País, encontram-se numa fase embrionária. Tendo em conta os factores atrás apontados, é possível referir-se-lhes em termos gerais, sem pretender ser exaustivos nem doutrinários.

PEQUENA BURGUESIA

Recrutada nos grupos assalariados em certas actividades manuais, no comércio, através da burocratização privada, da burocratização no aparelho administrativo do estado colonial, nas profissões liberais, na tecnicização de algumas ocupações, Guardadas as devidas proporções, a pequena burguesia urbana é possivelmente o grupo social mais desenvolvido do País. A sua instalação nas cidades, onde disfruta da situação privilegiada de classe intermediária, onde coexiste com a burguesia colonial invejando-a, refina-lhe as aspirações à situação de classe média. Rica dos privilégios do capital intelectual, relativamente familiarizada com o domínio da vida, da cultura e da técnica modernas, considera-se a natural sucessora do colonialismo português.

Um outro sector da pequena burguesia, a «rural», é constituído por alguns proprietários agrícolas, que, integrados ou não nas estruturas tradicionais, conseguem abastecer os mercados locais. Cremos ainda ser possível integrar neste grupo, os elementos originários das chamadas «burocracias tribais», e outros inseridos

nas estruturas económicas, sociais, políticas, administrativas, e mesmo religiosas, que ligam o sector capitalista ao sector tradicional, como agentes religiosos, pequenos funcionários das administrações locais, agentes comerciais, membros das profissões liberais (professores, enfermeiros), etc..

Quando se fala de burguesia «rural», não se quer fazer significar que ela viveu estritamente confinada à problemática económica e social do campo. Na sua maioria, os seus elementos frequentaram as cidades e gozaram mesmo do privilégio da educação e cultura urbanas. Inseridos porém nas correntes de transmissão que ligam a economia urbana à rural, eles têm do campo, uma «vivência mais física».

Só esta diferença, permite compreender a diversidade de itinerário entre as duas pequenas burguesias; enquanto a rural atinge a «consciência contestatária anti-colonialista e revolucionária» através sobretudo duma demarche emocional e física, a urbana, segue uma demarche racionalizada, através da frequência das construções teóricas e da manipulação dos conceitos.

Certos comportamentos observados no decurso da revolução parecem poder ser compreendidos na base desta diferenciação.

Elas são caracterizadas pelo imobilismo (resultante do fraco desenvolvimento das forças produtivas), pela lentidão com que se processam as diferenciações, pela falta de linhas de contorno nítido entre os diferentes grupos, pela multiplicidade de grupos sociais intermediários e pela desigualdade do seu desenvolvimento e interpenetração.

A inexistência, por vezes, de consciência de classe, ou o facto de que com frequência, o sentimento tribal ou regional prevalece sobre ela, pode por vezes constituir uma tentação para que se conclua a inexistência de uma sociedade de classes. Por outro lado, fundamentando-se numa concepção ideológica do tempo ou partindo dum enfoque economista e mecanicista do problema, houve quem quisesse encontrar no nosso País, classes com as características das de outras formações sociais, radicalmente diferentes das nossas.

Importa pois fazer uma delimitação do estatuto teórico do conceito «classe».

A determinação económica se é fundamental, e se se exerce em última instância, não saberia ser exclusiva. A definição exaustiva do conceito é feita pelas determinações económicas e superestruturais. Há que considerar uma noção operativa que esclareça o itinerário evolutivo das classes.

Uma classe atravessa duas fases : uma, embrionária, a fase de «classe em si», na qual os seus membros ainda não atingiram a inteligência da solidariedade dos seus interesses económicos em oposição aos dos outros grupos, e a fase de «classe para si», em que tendo-se manifestado a «consciência de classe», se forjam os instrumentos de luta e conquista do poder político, gestam-se as ideologias, cristalizam-se as élites burocrática e intelectual, constroem-se as organizações políticas e partidárias.

A evolução duma classe é fundamentalmente função das condições objectivas, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas. Outros factores porém, podem catalizar ou frenar a sua evolução; em certas

formações sociais, em condições de subdesenvolvimento das forças produtivas, pode suceder que a existência de uma elite dirigente dinâmica, armada de uma ideologia determinada, seja um factor que permita a elevação do nível de consciência de classe das massas, ajudando-as a forjar os seus elementos estruturais de luta e conquista do poder.

Todas as classes sociais se constroem, em função da conquista do poder, a fim de «hegemonicamente» poderem organizar a sociedade, consoante os seus interesses económicos particulares. Entre os diferentes grupos sociais, podem manter-se duas situações: a de estabilidade e unidade, temporária, e a de luta, que pode assumir formas diversas (política, militar, ideológica, económica, etc.).

A pequena burguesia rural considera-se também com direitos à direcção política, mas ao contrário da urbana que se baseia no seu capital intelectual, a «rural» com esse privilégio menos evidente, afirma-se, pela sua vivência no campo ao lado das massas camponesas, como a mais natural representante do povo, considera-se «mais nacionalista» que todas as outras camadas, a depositária da cultura, da tradição e da autenticidade verdadeiramente nacionais.

A classe operária é numericamente fraca. Ela compõe-se sobretudo dos antigos camponeses, ainda não totalmente libertos das ligações tribais. A mentalidade semi camponesa dos operários, nalguns casos, evidentemente, frena o amadurecimento da sua consciência de classe, a criação e o desenvolvimento das suas organizações e a difusão da sua ideologia. Um sector importante do operariado é constituído pelos assalariados agrícolas, que vendem a sua força de

trabalho nas grandes plantações coloniais de café, algodão, etc..

Há que assinalar nas cidades a existência das populações marginais, originadas pelo êxodo rural e pela incapacidade da economia citadina em as absorver. Não encontrando trabalho na indústria, precipitam-se nos serviços (domésticos, engraxadores, ardinias, etc.), ou não encontrando trabalho constituem um exército de reserva, formando o lumpen-proletariado. Um rasgo comum quer ao proletariado urbano, quer ao lumpen, é o facto de participarem nas vantagens relativas que representam a vivência nas cidades, locais de concentração dos capitais, o que lhes permite observar e adaptar-se às formas de vida modernas. A revelação do grau de diferença entre a sua sorte e a da população colonial, constitui uma base de consciência nacionalista.

Os camponeses pobres caracterizam-se sobretudo pela sua extrema miséria, pelo espírito comunitário, pelo subdesenvolvimento das relações de propriedade, e pela falta de possibilidade real de acumulação produtiva. A massa camponesa não é uniforme. Ela vive diferentes condições de existência, que determinam variantes de comportamento psico-político. O camponês do Norte não é o mesmo do Leste, o das culturas de subsistência não é o mesmo do das culturas de exportação.

O campesinato, a grande maioria da população, é explorada na esfera da circulação. A sua exploração faz-se por ocasião da comercialização dos seus produtos e da compra dos produtos importados.

Em termos gerais, são estes os principais grupos sociais do nosso País. Eles constituem o povo angolano,

Contrariamente ao que alguns pensam, o povo angolano não é constituído pelo campesinato, mas sim por este, pelas pequenas burguesias e pela classe operária. O campesinato, por constituir a maior parte da população, constitui também a maior parte dos efectivos da revolução, e para que este chegue à sua conclusão lógica, isto é, à construção de uma nova sociedade, é necessário que o proletariado assuma o seu papel dirigente, aliado ao campesinato e à pequena burguesia. É certo que até agora a presença organizacional, ideológica e hegemónica do proletariado na luta de libertação nacional não se fez ainda sentir (pelas razões atrás expostas). Mas, no nosso processo revolucionário, as condições subjectivas jogam um papel duma importância particular.

Pertence à vanguarda da revolução a tarefa histórica de ajudar o amadurecimento de consciência da classe operária, de facilitar e impulsionar a sua cristalização organizacional, de forma a possibilitar que ela exerça a sua função de força dirigente da revolução.

Atrás, referimo-nos ao facto de que, na fase de libertação nacional, não só as diferentes classes e grupos sociais se encontram em relativa estabilidade e equilíbrio, mas a reivindicação nacional mascara e relega para plano secundário a luta de classes.

A contradição principal é aquela que se manifesta entre a vontade nacional de independência e o colonialismo.

A luta de classes é um fenómeno que se manifesta a diferentes níveis e assume formas diversas. É sabido que a ideologia dum grupo social depende da

sua relação a um grupo ideológico existente, aos problemas e estruturas sociais que o sustentam e nele se reflectem.

No nosso País, a luta dos distintos grupos sociais, quando ela se manifesta realiza-se através dum campo ideológico fundamental, o da luta pela libertação nacional, e o da questão da sua direcção política. Numa primeira escala, ao nível do movimento de libertação nacional, numa segunda ao nível do grande conjunto de massas populares que aspiram por essa libertação.

O movimento de libertação nacional, neste caso o MPLA, é um verdadeiro microcosmos, que reflecte o grande macrocosmos que é a sociedade angolana. O carácter de frente nacional, que define o MPLA, faz com que no seu seio, militem angolanos de todas as origens sociais. É certo que nele há camadas que estão numericamente menos representadas. Mas o desenvolvimento da luta acabará por estabelecer, pelo menos enquanto se mantiver a estrutura de frente nacional, a proporcionalidade realmente existente. Acrescente-se, que nem sempre a inferioridade numérica significa incapacidade ideológica ou hegemónica.

Como explicar a eclosão em 63 das prevenções anti teóricas e anti-intelectualistas senão concebendo-as como uma arma operativa do arsenal ideológico da pequena burguesia rural?

E para a pequena burguesia urbana, o conhecimento da cultura e técnica modernas não sofre por vezes uma manipulação utilitária de carácter ideológico?

E a utilização que muitas vezes é feita da divisão tribal, concebida como instrumento na luta pelos interesses políticos individuais?

Sim, porque há que diferenciar a consciência tribal, concebida como inteligência de pertencer a um grupo étnico determinado diferente dos outros, característico do camponês pobre enquadrado nas estruturas tradicionais, e o tribalismo ou seja o aproveitamento oportunista desse acidente histórico em função dos interesses políticos individuais dalguns, o que é curioso, perfeitamente destribilizados.

E que dizer da tendência para o igualitarismo absoluto, manifestado a despropósito, da permanente reivindicação da distribuição igualitarista, senão concebendo-a como um dos atributos específicos do camponês?

Pretender-se «mais representativo do povo angolano» que os demais, ou no plano oposto considerar-se o único depositário do discernimento e da capacidade de dirigir não serão elementos operatórios de construções ideológicas determinadas?

Como explicar a diferença de comportamentos políticos entre elementos de origens diversas? E a questão ainda mais complexa da diversidade de itinerários entre elementos de idênticas origens sociais?

Será pois de afastar a hipótese que a luta de tendências que no quadro do movimento de libertação por vezes se processa, indirectamente em função da direcção da organização a um primeiro nível e da direcção do País a um segundo, está indirectamente relacionada com a diversidade estrutural do nosso País?

Mas, a determinação económica, no nosso caso, não pode ser definitiva. Os comportamentos políticos, são função das determinações económicas, e doutras

incidências e circunstâncias de carácter superestrutural, de carácter ideológico, psico-sociológico, diferença de itinerários, vivências em campos ideológicos diferentes, etc.. Não esqueçamos por outro lado, que a guerra, como Saturno, come os seus próprios filhos, e os homens sofrendo transformações no decurso da luta, não chegam ao fim como eram ideologicamente no início.

Estes são os elementos duma problemática, que a guerra, não obstante o seu carácter revelador, ainda não clarificou.

Finalmente, há que prevenirmo-nos de duas tentações: uma, a de considerar esta análise demasiado esquematicamente, outra, mais perigosa, a duma manipulação utilitária, ideológica destes dados. Há que rejeitar aqueles que poderão procurar mecânicamente estigmatizar os comportamentos individuais, na base única das origens de classe (esquerdismo teórico).

Uma das questões fundamentais da guerra de libertação nacional é o da sua direcção. No nosso caso específico, ela é exercida por elementos regra geral originários das pequenas burguesias urbana e rural.

Para que o processo revolucionário vá até às suas últimas consequências e implicações é necessário que a consciência pequeno burguesa se dispa dos seus atributos específicos, «se revolucionarize». Para reflectir esta transformação, foi proposto o conceito de «suicídio da pequena burguesia», o qual nos parece pecar por inexactidão.

Com efeito, um conceito deve fundamentalmente preocupar-se em obedecer às necessidades de rigor científico, que a noção de conceito implica.

O suicídio é um facto puramente subjectivo, condicionado a um nível de vontade e consciência. «A revolucionarização da consciência pequeno burguesa», é um processo objectivo, involuntário e inconsciente; é a resultante do crivo do impacto duma vida dura, de esforço e engajamento ao lado das massas populares, é o resultado da conjugação harmónica da prática e teoria revolucionárias.

É uma operação dolorosa : o movimento da negação, o despontar do homem novo, defrontando-se com a imperceptível resistência da ideologia infiltrada nos hábitos de raciocínio e comportamento.

Portanto, só a existência duma vanguarda, em que os seus elementos tenham sofrido um processo de revolucionarização da consciência pequeno burguesa é a garantia de condução do combate até às suas consequências. E as condições objectivas de tal transformação existem.

CAPÍTULO IV

ITINERÁRIO ESTRATÉGICO DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO

Uma guerra revolucionária passa necessariamente por uma sucessão de etapas estratégicas, cada uma delas tendo as suas características próprias.

O 4 de Fevereiro marca o início da luta armada. O ataque às prisões de Luanda foi o toque de combate para todo o nosso povo, a chama que incendiou a pradaria, o desencadear de um longo processo de trajectória imprevisível.

É verdade que no que diz respeito ao seu aspecto puramente tático, ele foi um insucesso. Mas como alguém já fazia notar, todas as verdadeiras revoluções começam por uma falsa partida. Esse inicial insucesso tático revestiu-se de um significado estratégico imenso. Foi o pequeno motor que pôs o grande a funcionar.

Pertence já à história da nossa revolução a forma como o apelo histórico dos patriotas do 4 de Fevereiro percorreu todo o país, incendiando os corações de todos os angolanos que, pegando em armas se levantaram, atacando os colonialistas por todo o

território nacional, nas cidades e no campo, desencadeando uma insurreição generalizada, que nalgumas zonas levou à tomada do poder local.

Foi a primeira ofensiva estratégica.

O inimigo reagiu brutalmente, lançando uma contra-ofensiva estratégica, dum amplidão maciça, desencadeando uma repressão de proporções gigantescas, misturando o crime, a tortura, os barbarismos, o genocídio, em escala inimaginável, e que descrever para a posteridade é simultaneamente uma tarefa histórica a realizar e uma homenagem a render a todos aqueles heróis, que, de peito descoberto, com catanas, pedras e mãos nuas, se lançaram corajosamente ao ataque das posições inimigas.

O balanço da repressão é terrível; é difícil de exprimir em números, as perdas que o nosso povo teve em valores, quadros valorosos, militantes corajosos; vítimas inocentes marcaram com o seu sangue uma página horrenda, que o colonialismo português, responsável perante a história, jamais conseguirá apagar.

A poderosa contra-ofensiva inimiga, obrigou o nosso povo a recolher-se à defensiva. Foi a segunda fase estratégica, a fase da defensiva, que, por razões particulares adquiriu as características dum **defensiva estratégica passiva**.

A resistência localizou-se em certas áreas, criando as «zonas podres», enquistou-se, perdeu o seu poder de irradiação, e a defensiva entrou na sua fase passiva, estabilizou-se, perdeu as suas perspectivas de evolução e passagem a uma fase superior.

A escassa implantação da política do MPLA, a experiência da contra-revolução, responsável de atrocidades imensas, não permitiram a canalização do esforço para formas superiores de luta. A guerra de libertação assumiu a forma de uma guerra de guerrilhas, estritamente defensiva, descoordenada, sem nenhuma intenção estratégica. A sua forma política foi a insurreição camponesa, com todos os defeitos que ela pode comportar (exacerbamento dos sentimentos tribalistas, racistas e feiticistas) e com todo o heroísmo que é o seu apanágio. A acção heróica, a entrega total, a coragem e a audácia sem limites, o sacrifício titânico.

Época gloriosa, que viu o MPLA, a quem o conluio imperial-fantoche tentava abafar nas malhas das suas redes, num esforço generoso, tentar canalizar o suporte político e material necessário para a sobrevivência e generalização dessa guerrilha.

Quais as razões que explicam a não irradiação dessa guerrilha, o seu enquistamento a impossibilidade da situação insurrecional passar a situação revolucionária?

A inexistência de condições subjectivas é sem dúvida a justificação principal. A inexistência de consciência política, traduzida pelo exacerbamento das alienações particularistas, a incoerência dos propósitos tácticos e estratégicos, a falta de organização, e de estruturas, em resumo, tudo aquilo que se institucionaliza numa organização revolucionária como o MPLA, a quem as vicissitudes da história não permitiram uma presença física. Foi o período da luta orientado pelo desenvolvimento livre da ideologia camponesa, com os seus atributos psicológicos específicos, resultantes da

pequena produção agrícola e da economia de subsistência.

Tais foram as características essenciais da nossa guerra durante essa etapa de 1961 a 1963.

Conseguindo finalmente vencer o bloqueio imperial-fantochesco, o MPLA inaugura uma nova fase estratégica, com a abertura das hostilidades na frente de Cabinda, a fase da **defensiva estratégica activa**.

É a fase duma guerrilha com intenções estratégicas, operacionalmente bem elaborada, orientada por um pensamento político. Iniciada com fracos recursos humanos, materiais e técnicos, mas prenhe dum enorme significado é chamada a evoluir através do choque quotidiano com o exército adversário, a acumular energias, experiências e intenções, para depois explodir, irradiando os seus tentáculos, enfim reservada à tarefa histórica de matriz da luta revolucionária.

A situação da I Região continua fundamentalmente a assumir as características atrás mencionadas de defesa passiva. Mas entretanto, essa situação adquire uma perspectiva nova. Durante um período que irá até 1965, a guerrilha manter-se-á numa fase de hibernação activa, que tal como toda a hibernação prepara um despertar novo, um rejuvenescimento.

Em Cabinda, os balbucios do esforço guerrilheiro (condicionados pelas características geográficas, étnicas, políticas e económicas) são matéria para a eclosão no seio da organização de orientações estratégicas erradas, como a que ficou historicamente conhecida como «guerra de fronteira».

O ano de 1966 é marcado por um aumento importante da acção com a abertura duma nova frente, a da Terceira Região, e com o envio dos primeiros destacamentos de quadros e material logístico para a I Região.

Estes dois acontecimentos, provocaram uma modificação dos dispositivos militares de ambas as partes; o inimigo é agora obrigado a dispersar as suas forças. As condições político-militares e estruturais de passagem a uma nova fase estratégica, criam-se rapidamente.

1967. Num discurso histórico pronunciado no início deste ano, o Presidente do MPLA Camarada Agostinho Neto, lança a palavra de ordem de generalização da luta armada por todo o território nacional. Entramos numa nova fase, a da **contra-ofensiva estratégica**.

Esta fase tem por objectivo particular violentar totalmente a relação de forças, provocar a dispersão do corpo expedicionário inimigo, esgotá-lo, reduzir até aos limites mínimos a sua capacidade de manobra, a sua capacidade de recuperação e de ofensiva.

A sua estratégia consiste — com diz Clausewitz — «primeiro ser forte em geral e depois sê-lo nos pontos mais decisivos».

Com a abertura da frente Leste, a nossa luta é marcada por um acontecimento de importante significado histórico. Este êxito encheu de entusiasmo toda a massa militante, mobilizou todo o povo, renovou as energias da organização e abriu novas perspectivas à luta.

Os anos de 66, 67 e 68, foram marcados pelo desenvolvimento vertiginoso da guerra. A luta generalizou-se, alcançou toda a imensidão dos distritos do Moxico e Cuando-Cubango, integrou, na onda libertadora milhares e milhares de angolanos.

Rapidamente a guerrilha conseguiu impor ao exército português uma situação de defensiva. O adversário, desesperado com as estrondosas derrotas sofridas, impedido de circular, viu-se obrigado a recolher à protecção dos quartéis. A guerrilha, tal como vinha a ser concebida e realizada, não obstante o facto de não ter ainda esgotado todas as suas capacidades tácticas, estava ameaçada de atingir uma situação de saturação. Impunha-se imprimir-lhe um outro ritmo, passá-la a um estado superior, introduzir novas tácticas de combate e as correspondentes formas de organização militar.

Homenagem seja rendida ao Comandante Henda que compreendera perfeitamente tal necessidade. E é justamente com a sua morte, num crepúsculo de Kari-pande prematuramente ocorrida, que se inicia um longo período de estagnação que vai até aos últimos meses de 1969.

Os processos degenerativos que já se vinham fazendo sentir em algumas zonas intensificaram-se. A ofensiva inimiga de Julho-Outubro precipitou uma situação originada por erros tácticos e estratégicos, pelas arbitrariedades do militarismo, pela carência de consciência política e instabilidade já características das populações fronteiriças.

Sob esta tela de fundo, os diferendos tribais, e regionalistas vivificam-se, intensificam-se e ameaçam mesmo a coesão e unidade internas do movimento.

Vive-se uma «grave crise na continuidade».

Uma situação difícil surge : na retaguarda, desmobilização e deserção em massa dos guerrilheiros e do povo; na frente, a onda de generalização parara a sua progressão.

A iniciativa tática e estratégica passara para as mãos do adversário. As forças guerrilheiras, salvo exceções locais, encontram-se numa situação de defensiva, limitando-se a reagir às esporádicas ofensivas e ataques inimigos.

Um problema candente surge : o da «retaguarda».

Medidas foram tomadas sucessivamente sem darem o resultado necessário, já que pouco profundamente se tinha avançado na clarificação das causas, na crítica dos erros. Alguns, os optimistas exagerados, que julgam poder permitir-se concluir que a guerra está ganha cada vez que ouvem o resultado vitorioso duma emboscada realizada, tentaram esquecer e fazer esquecer a gravidade real da situação. Outros, os menos resistentes e convictos não suportam as dificuldades e enveredaram pelo caminho desonroso e indigno do abandono e da deserção. A falta de controlo, a ausência de crítica, permitiram a alguns erros, carências e homens sobreviverem às tempestades e continuarem a construir um instrumento inibidor do desenvolvimento e generalização da luta armada.

Contudo, nos primeiros meses de 70, a organização conseguiu encontrar as energias e sacudir-se; a guerra pareceu sair do seu torpor, desenhando-se de novo no horizonte uma impetuosa onda de progressão.

Um novo grito de «guerrilheiros, ao ataque», agitou, levantou e catapultou para a frente os combatentes do MPLA. A generalização da luta recuperou o seu fulgor, a sua impetuosidade, e em todas as regiões, novas frentes, novas áreas, tornando mais presente a perspectiva da vitória certa, provocam o desespero da soldadesca inimiga.

Gradualmente, uma nova situação começa nitidamente a aparecer. O sucesso da introdução de novas formas de combate e de organização militar provocam um aumento do moral combativo e dão uma consciência quantitativa e qualitativamente nova de guerra.

As casernas tucas, anteriormente bastiões inexpugnáveis da soldadesca inimiga são agora alvo de ataques demolidores. A concentração de forças, o aumento do nível técnico, a mobilidade e coordenação das unidades semi-regulares, dão à acção uma eficácia operacional e mesmo estratégica jamais atingida. O inimigo, nitidamente perturbado, abandona as primeiras posições e simbolicamente Karipande, dá ao Movimento a certeza da vulnerabilidade do inimigo, e a exaltação da vitória.

No Noroeste e no centro, furam-se as linhas defensivas inimigas, reduzindo a pedaços as falaciosas afirmações da propaganda colonialista. Os estados-maiores do adversário são obrigados a reconhecer o ímpeto da arrancada, e dos Rebochos aos Marcelos, os discursos tonitroantes não conseguem esconder a gravidade real da situação.

No quadro da organização política, as dificuldades mantêm-se, falta de contestação e crítica radicais. O ataque directo aos problemas adia-se, em nome

duma harmonia e estabilidade, postas em perigo a cada momento, com as dificuldades mais insignificantes, e não menos vezes com as manobras provocatórias de alguns mal-intencionados que, singularmente, os menos militantes e com menos méritos, se outorgam supostas representatividades, se proclamam detentores de clientelas fantasmas, e jogam o jogo perigoso da sistemática reivindicação individual, tribal ou regional.

Há os que incessantemente procuram ver na distribuição das tendas, fardas e bolsas de estudo, a marca da desigualdade e da discriminação nos privilégios.

Brandindo o espectro da perspectiva de cisões imaginárias, ou refugiando-se na inércia e no imobilismo da recusa em tomar decisões, há os que procuram conservar as prerrogativas individuais e quantas vezes mesmo os privilégios das atribuições.

E alguns, traumatizados ainda das desagradáveis recordações da crise de 69, mergulham no calculismo político e na tentação liberalista, sem compreenderem que estrumam ainda melhor o solo já fértil do impasse e da dificuldade.

A acção militar, mesmo com as suas carências desnuda, contesta, põe em causa estruturas, ideias e quantas vezes mesmo os homens.

A generalização da luta continua, pois em curso. Sob o ponto de vista militar ela é uma manobra contra-ofensiva que, provocando a dispersão absoluta do inimigo, que levando a guerra relativamente a todo o País, cria as condições para a passagem à ofensiva estratégica de carácter decisivo e à insurreição geral.

Ela consiste num desdobramento estratégico das forças armadas guerrilheiras que passando progressivamente da dispersão à concentração de forças nos pontos decisivos, da guerra de guerrilhas à guerra de movimento, da usura ao aniquilamento, libertará imensas regiões do País que serão as bases da arrancada final.

Mas generalizar a luta não significa só isso. Significa espalhar a luta por todo o território nacional, pelas cidades e pelo campo, pelas lavras, minas, fábricas e administrações. Significa atirar todos os angolanos disponíveis para o redemoinho voraz da acção.

A luta começou na cidade. Até 61, as cidades eram os centros de actividade nacionalista era lá; onde a presença do colonialismo era mais contestada, era lá onde, através das associações culturais, sociais, desportivas, se conduzia uma acção política que visava a libertação do nosso povo.

A partir do 4 de Fevereiro, os centros de contestação deslocaram-se para o campo. As massas camponesas, galvanizadas, atiraram-se ao assalto do poder colonialista e a retaguarda do País tornou-se o teatro duma contestação violenta. A revolução atingiu aqueles sectores tradicionais da massa camponesa, adormecidos por séculos de uma ordem natural. Aquela camada de camponeses pobres, isolados, os mais difíceis de organizar e dirigir, pela sua dispersão, pelo analfabetismo, pela desconfiança de tudo e de todos. Regiões e povos que nalguns casos o colonialismo português nunca atingira, desprezava e ignorava, e que onde por isso mesmo, a consciência política era nula. Foi esse o primeiro material da revolução.

Foi no seio dessa camada que se instalaram os primeiros núcleos guerrilheiros, foi ainda aí onde o

nosso movimento começou uma lenta acção do forjamento da consciência nacional, de mobilização e enquadramento políticos.

Para muitos dos militantes, oriundos dos centros urbanos foi uma descoberta histórica: descobrir o «mato», viver entre aquelas massas por quem antes da revolução sempre existira um receio latente e um desprezo poucas vezes velado. Descobrir que eles constituíam um material riquíssimo, a base social e os principais agentes da revolução, descobrir o seu vigor, a sua capacidade de sacrifício, o amor à terra, a sua resolução e audácia.

Entre eles e as massas estabelece-se uma corrente de transmissão, dá-se um encontro histórico. O núcleo guerrilheiro vai revolucionar as massas camponesas, vai despi-las dos preconceitos tradicionalistas, vai arrastá-las da ordem secular, atirando-as espasmodicamente para uma nova forma de existência, para um novo mundo dominado por novos valores e coordenadas um mundo onde tudo é rápido e inédito: a Revolução.

Os quadros, no contacto com esses elementos, sofrem o efeito inverso. Todo um complexo de ideias pre-concebidas, de hábitos e comportamentos funde-se no contacto com as massas. Uma certa psicologia pequeno-burguesa, resultante da vivência nos centros urbanos, desagrega-se sob um impacto da vida dura, de privações, de esforço quotidiano, de marchas prolongadas, de fome, de chuvadas, de cansaço.

O Homem Novo cria-se imperceptivelmente, rasgando dolorosamente a pele das reminiscências de outrora, restando-lhe o travo amargo mas feliz da vitória sobre si próprio.

A feliz conjugação dos dois elementos dá uma nova qualidade à luta, dá-lhe um sentido, espiritualiza-a.

A luta generaliza-se, progride. Das regiões mais recuadas do País, ela avança para as regiões abrangidas pelo mercado capitalista, lá onde as contradições são mais agudas, onde a exploração económica é mais brutal, e por isso mesmo onde a consciência nacionalista é mais sólida, mais consistente, onde ela encontra uma massa de assalariados agrícolas mais receptivos às ideias políticas, mais preparados, pela sua concentração, pela sua submissão à flutuação dos preços dos produtos agrícolas.

É a região dos assalariados agrícolas do café, algodão, etc.. A revolução enriquece as suas fileiras duma massa humana mais ordenada, mais disciplinada, mais consciente dos objectivos nacionais, logo mais decidida e audaz, menos reticente em aceitar as transformações impostas. A luta não pára. Ela penetra as consciências, revoluciona as mentalidades, desfaz hábitos e modos de comportamento, tetaniza os músculos, atira toda uma multidão para o redemoinho voraz da acção.

O campo é o centro do País. O campo tira a sua secular desforra da cidade. Todo o País tem os olhos virados para ele, e é nele que se depositam as melhores esperanças de renovação.

O desprezo dá lugar à indiferença, esta ao interesse apaixonado.

Ouvem-se noticiários da voz de Angola Combate, correm os boatos épicos pelos muceques. A cidade desperta e vive a epopeia heróica do campo.

Os mais resolutos, os mais conscientes agitam-se, organizam-se, agem. Descobertos a si próprios, partem para o campo, para descobrirem o País, para descobrirem o povo, fazem o «rendez-vous» histórico e engajam-se na acção totalizante. O País inteiro agita-se. O colonialismo treme, tenta as suas últimas manobras e ofensivas, mas o campo já entrou pelas ruas da cidade. O edifício desaba. É o dia «total».

É isto a generalização da luta. Como uma pedra atirada ao rio, cujas ondas concêntricas se espalham quebrando a serenidade das águas. Um processo de extensão e profundização da luta, horizontal e vertical, que atinge todo o País, que agita e põe em movimento todas as camadas sociais.

Uma guerra total contra o inimigo, e simultaneamente contra si próprio, para eliminar as deficiências, para acabar os erros, para temperar as vontades, moralizar os comportamentos, criar homens novos, revolucionários íntegros, cidadãos conscientes e dignos.

A generalização está em curso. Resta ainda atingir regiões novas, atirar para a luta mais patriotas. Falta corrigir, melhorar, canalizar e realizar melhor as potencialidades e as possibilidades revolucionárias latentes, estimular mais energicamente as iniciativas, impulsionar ainda mais os dinâmicos, interessar os inertes, conquistar os indiferentes, eliminar os maus. Despertar e atirar para a acção as enormes reservas estratégicas que ainda estão adormecidas no seio do nosso povo, enfim dar uma nova quantidade e qualidade à luta, prepará-la para o assalto final.

A generalização da luta implica algumas questões de natureza estratégica. Como todas as acções

militares deve guiar-se pelos princípios de eficácia e rentabilidade.

No nosso País ela desenvolve-se em condições específicas. Temos perante nós terreno vasto, de grande profundidade geográfica, mas essa vantagem estratégica é diminuída pela carência demográfica.

O dispositivo inimigo, compreende núcleos fortes, bastante dispersos na extensão do terreno, com poucos itinerários a ligá-los entre si.

Por outro lado, a dispersão do nosso povo, a inexistência de tradição política e baixo nível cultural, não favorecem a sua mobilização política e integração rápidas.

É nestas condições objectivas que se desenrola o processo de generalização e são elas que condicionam algumas das suas características estratégicas.

A generalização da luta não é pois um processo linear, uniforme; ele desenrola-se por vagas, não se distribuindo idênticamente em todas as direcções.

O potencial militar, político e económico do inimigo não se distribui uniformemente no dispositivo inimigo, há sempre a considerar pontos de maior importância estratégica na qual ele assenta todo o seu poderio. Esses núcleos são os elos mais fracos da cadeia colonialista. Atingindo-os aí, podemos provocar o rebentar de toda a correntização. Como iniciativa estratégica implica pois também a escolha de direcções preferenciais. Não se pode generalizar uniformemente; devemos concentrar toda a nossa atenção e todos os

nossos esforços nos núcleos de maior importância estratégica para o inimigo.

Há pois que procurar incessantemente a eficácia e a rentabilidade elevada. Ser o mais eficaz possível, produzindo um máximo de rendimento com um mínimo de esforços e num pequeno intervalo de tempo. Devemos avançar para lá onde podemos ser mais eficazes, onde podemos importunar o inimigo, onde a nossa acção garante um máximo de rentabilidade.

Uma dificuldade existe que deriva da primeira : o problema de «encher os espaços». Há quem pense e não poucas vezes temos cometido este erro, que o dispositivo a instalar numa área, deve necessariamente preencher todo o terreno. Em todas as regiões e zonas, há áreas que não têm a mínima importância estratégica. De que nos serve instalarmo-nos numa área, onde não há povo, comida e muitas vezes nem presença do inimigo? Há que saber para onde avançar. Escolher as direcções, planificar e coordenar as progressões, enfim ser eficazes.

A generalização leva à dispersão das unidades guerrilheiras por todo o País. Isso não implica que não se deva prever a concentração de forças em certos pontos do País. Ela deverá fazer-se nos núcleos mais importantes do inimigo. Essa concentração, não está de forma alguma em contradição com a dispersão e generalização. Toda a dispersão de forças visa a sua ulterior reunião e concentração nos momentos, áreas e condições mais propícias.

A mesma incompreensão durante um certo período levantou-se em relação à necessidade de tecnicização da guerra. Houve quem visse uma contradição

entre generalização e tecnicização, recusando-se a admitir que na altura as condições estavam maduras para fazer passar a guerra um nível superior. Felizmente que a realidade desmentiu e revelou a falsidade de tais argumentações.

Também não deixou de aparecer quem afirmasse que as iniciativas no sentido da generalização, só podiam ser tomadas, quando se dispusesse de retaguardas sólidas. Debaixo dessa argumentação, escondia-se a passividade, a falta de audácia e de iniciativa. Esqueceu-se que as retaguardas sólidas só poderão existir, quando forem mantidas por forças regulares. Toda a retaguarda mantida por FG é necessariamente vulnerável a certos ataques e penetrações inimigas.

Um outro problema estratégico se põe em relação à generalização da luta. Referimo-nos atrás ao facto de que a nossa guerra é a unidade entre dois momentos: a criação e a destruição. Justamente, assume grande importância estratégica, o correcto doseamento dos dois momentos. Há que saber quando é mais útil criar e quando o destruir, há que saber a proporção de esforços a investir em cada um dos casos consoante a conjuntura.

Ponhamos o problema doutra forma: actualmente, as nossas maiores atenções são investidas na guerra e nos problemas de administração das nossas zonas controladas. Mas há que definir na fase actual, o que é principal e o que é secundário, e em função dessa definição dosear convenientemente o investimento dos esforços, dos meios e dos quadros.

A intensidade dos esforços a investir deve ser considerada em função da rentabilidade que eles pos-

sam eventualmente produzir. Mas muitas vezes, por exemplo, há destacamentos que são instalados em áreas sem o mínimo interesse; os guerrilheiros ficam aí, parados e inertes meses e meses, na maior parte dos casos na impossibilidade objectiva de realizar o que quer que seja, a não ser caçadas e pescarias, até que naturalmente saturados, perdem o moral combativo, começam a pôr problemas, e não raras vezes desertam. Temos de evitar investimentos deste tipo que dão uma rentabilidade nula, quando não negativa.

Esta preocupação de eficácia e rentabilidade deve pôr-se não só em função da harmonização entre o criar e o destruir, entre as diferentes actividades, mas também no quadro de cada uma delas, onde também é necessário definir aquilo que é principal e o que é secundário.

No quadro, por exemplo, da actividade militar e particularmente ao nível da planificação operacional, esta preocupação deve ser fundamental. Sem dúvida, que há que manifestar iniciativa, há que atacar, mas há também que saber onde fazê-lo, há que saber onde investir os grandes meios, há que saber onde podemos colher os melhores frutos. A ineficácia e o desperdício têm consequências extremamente negativas: baixam o moral, produzem a saturação e o cansaço, agudizam as contradições políticas, baixam o nível de disciplina e conduzem à perda de iniciativa.

A eficácia e a rentabilidade são princípios estratégicos, e no quadro da generalização da luta, há que os ter devidamente em conta.

CAPÍTULO V

OFENSIVA OU CONTRA-OFENSIVA?

Detenhamo-nos um pouco mais na caracterização da etapa estratégica actual, começando por rebater criticamente uma palavra de ordem, que, há bem pouco tempo, injustificada e inoportunamente, o nosso emissor de Brazzaville, dela não se fatigava de dar uma repetição quotidiana.

Com efeito, achou-se por bem, não se sabendo porquê nem como, que a nossa guerra estava na fase da ofensiva final. O essencial da argumentação apresentada resumia-se no seguinte :

«...actualmente, a iniciativa estratégica está nas nossas mãos, e ao inimigo não resta senão caminhar para a derrocada final. Angolanos, avante para o assalto final».

A palavra de ordem e a argumentação respectiva merecem algumas observações críticas. Parece-nos para já, que toda a palavra de ordem justa, deve tomar como ponto de partida a realidade existente, reflectindo os seus problemas e indicando o caminho a seguir e os objectivos a atingir. Só assim ela se poderá transformar numa «força material».

Se ela descara estes aspectos, e obedece unicamente às impulsões e aos entusiasmos das necessidades da propaganda, risca, não só de não ser assimilada, mas de se tornar contraproducente, o cepticismo, o descrédito e muitas vezes o ridículo...

Depois, a apreciação duma situação objectiva não se pode fazer a partir somente dalguns elementos, que às vezes não assumem senão uma importância acessória. Há que, na medida do possível, procurar ser o mais integral e exaustivo possível. A análise das conjunturas militares deve incidir sobre os elementos da estratégia, arte operacional e táctica sobre a situação preva-
lente no teatro de guerra, sobre os esquemas dos dispositivos militares, sobre a forma como se desenrolam as campanhas e muito particularmente sobre a avaliação dos elementos quantitativos, qualitativos e potenciais da correlação de forças.

Impõe-se-nos pois deixar bem clara a diferença entre ofensiva e contra-ofensiva. A defensiva e ofensiva constituem os dois principais esquemas da guerra. O objectivo da defensiva é conservar. Nesse aspecto ela é mais fácil que a ofensiva, pois é mais fácil conservar que adquirir.

A defensiva estratégica tem por objectivo preservar as nossas forças, esperando o momento propício para esmagar o inimigo. Ela é empregue por um exército quando a relação de forças lhe é desfavorável. Ela corresponde à ofensiva estratégica do exército adversário.

A defensiva estratégica pode ser activa ou passiva. Mas a defensiva passiva não constitui senão uma pseudo defensiva. Se a activa constitui uma verdadeira

defensiva, pois prepara a passagem à contra-ofensiva, fase última daquela. A defensiva passiva, quer estratégica quer tática, não pode de forma alguma assegurar o sucesso.

A ofensiva estratégica é empregue por um exército que dispõe de iniciativa e da superioridade de forças relativa e absoluta. A ofensiva estratégica alimenta-se de certos princípios: concentração total de forças e meios numa direcção principal, eleição da frente principal, ruptura de frente seguida de cerco e aniquilamento total das unidades inimigas.

Quanto à contra-ofensiva ela é a última parte da defensiva estratégica activa. Não é possível liquidar a ofensiva dum inimigo, que possui superioridade de forças sem que a situação criada no decurso da última fase da defensiva se nos torne favorável e desfavorável ao inimigo, e seja diferente da que existia no início da ofensiva inimiga.

Porém, a existência de condições e de uma situação que nos seja favorável e desfavorável ao inimigo, não é suficiente, para lhe inflingir uma derrota. Para transformar a possibilidade em realidade, é necessária uma manobra e uma batalha decisiva. Este é o problema central da contra-ofensiva.

Portanto, a função da contra-ofensiva é preparar a ofensiva, recuperando a iniciativa, violentando a correlação de forças e colocando o inimigo numa situação desfavorável.

Resumamos pois as diferenças entre ofensiva e contra-ofensiva. Uma das particularidades essenciais da guerra é a alternância da ofensiva e da defen-

siva. E enquanto a relação de forças não se modifica radicalmente a favor dum dos beligerantes, a defensiva e a ofensiva, a imobilização e o ataque coexistem tanto táctica, operacional ou estrategicamente.

Na fase de contra-ofensiva, sucedem-se e alternam-se as ofensivas e defensivas parciais de parte a parte.

A contra-ofensiva desenvolve-se quando o inimigo ataca, enquanto a ofensiva é quando o inimigo se defende. Na ofensiva, o principal tipo de operações tem o carácter de aniquilamento, enquanto na contra-ofensiva, o aniquilamento alterna com a usura.

Estamos pois na fase de contra-ofensiva. Última fase da defensiva estratégica, ela prepara a passagem à ofensiva estratégica, violentando e colocando radicalmente a correlação de forças a nosso favor. A nossa contra-ofensiva, desenvolvida a partir de 67 tomou base numa manobra estratégica, a abertura da Frente Leste, cujo êxito possibilitou e continua a possibilitar o desdobramento estratégico das nossas forças armadas, de forma a colocar o inimigo numa posição desfavorável. No quadro desta contra-ofensiva, sucedem-se e alternam-se as campanhas ofensivas e defensivas de parte a parte, progressivamente mais violentas e decisivas.

Os problemas principais da contra-ofensiva são : a organização da guerra de movimento e de aniquilamento, a coordenação, manobrabilidade e concentração de forças, a estruturação das Forças Armadas, o alcance da eficácia estratégica máxima.

CAPÍTULO VI

PROBLEMAS TÁCTICOS,
OPERACIONAIS
E ESTRATÉGICOS

Os problemas táticos devem merecer a nossa mais cuidadosa atenção. Os erros em tática, são coisa vulgar em muitos dos nossos destacamentos guerrilheiros. E tal não poderia deixar de ser, se tivermos em linha de conta, que em certas áreas e sobretudo nas de instalação recente, o nível político e militar dos guerrilheiros é extremamente baixo.

A falta de capacidade político-militar, a incompreensão das palavras de ordem da organização, dos objectivos da luta e dos conceitos para os atingir, e quantas vezes mesmo a deficiência de exercício de um comando e controlo directos, a ausência de directrizes, são em muitos casos as razões das carências que se verificam.

Na prática, eles manifestam-se por falta de iniciativa, instabilidade política e moral face à mínima dificuldade, condução de acções de banditismo, etc..

Quantas vezes não é dado observar destacamentos que durante meses e meses se mantêm na mais completa passividade e inércia, só combatendo cada vez que o inimigo os ataca.

A sua preocupação consiste em abastecerem-se massivamente de géneros alimentícios, resumindo-se a actividade militar, puramente formal. às patrulhas, guardas e formaturas. Existe aqui manifestamente uma falta de capacidade político-militar senão dos guerrilheiros, pelo menos dos chefes.

Frequentemente também, é dado observar grupos que embora manifestando uma certa iniciativa, não observam ou negligenciam as regras tácticas basilares da guerrilha.

Ignorando as áreas mais estratégicas dum sector ou duma zona, há os que se procuram instalar precisamente lá onde as possibilidades de acção são extremamente reduzidas. É a ignorância total da necessidade de ser eficaz. E aí eles se deixam ficar, meses e meses, sem se mexerem, até que o vendaval das ofensivas inimigas os arraste para novas áreas e onde breve os anteriores hábitos de vida as restabelecem.

Outros há que, se se lhes é deixada a plena iniciativa da planificação operacional, ignoram os objectivos verdadeiramente importantes e atacam precisamente lá onde não é necessário, e quantas vezes contraproducente. É a mesma incompreensão que os leva à condução de acções de banditismo declarado.

É necessário lutarmos com vigor contra a falta de audácia, e de imaginação, contra a rotina e também contra a compreensão estática de combate.

O combate é um acto bilateral no decurso do qual cada parte engajada procura obter a vitória. O combate deve assumir, se possível, a forma de uma acção coordenada de todas as armas, com elementos

de apoio, minuciosamente organizada, dinâmica, com um exercício contínuo e flexível de comando. O combate exige o reconhecimento preciso, a instalação cuidadosa dum dispositivo, na base duma avaliação correcta das forças em presença e das possibilidades ofensivas e defensivas do terreno. O combate é um acto dinâmico que supõe a manobra, o envolvimento, o assalto, a protecção do flanco e da retaguarda. Há que procurar instalar na mente dos nossos combatentes tal compreensão de combate.

Algo também há a dizer sobre os métodos e estilos de trabalho errado e em particular estigmatizar os de «burocracia militar».

A nossa luta atingiu já uma etapa, na qual não basta considerar-se convencido da necessidade de fazer a guerra; da mesma forma, não basta estar no interior, fazendo corpo presente. Há os que sem dúvida pensam que no futuro se procederá a uma contabilização geral das presenças e pensam nessa altura apresentar um saldo positivo.

É necessário estar no interior, e lá revelarmos a nossa presença fazendo a guerra, tomando iniciativas.

Há os que se escondem em sítios os mais inacessíveis (para evitar os ataques do inimigo) e agem por ordens de serviço à intenção dos organismos e militantes subordinados. É característico que os camaradas imbuidos de tal espírito se procurem afastar o máximo possível da acção. Contudo, a ignorância e o desconhecimento real das situações e dos problemas não impedem, que em todas as circunstâncias, por mais graves e desfavoráveis que elas nos sejam, manifestem o optimismo mais exagerado.

Cada vez que uma emboscada vitoriosa teve lugar, é argumento para gabarolices intermináveis, sem deixar de realçar e salientar uma participação pessoal que não teve lugar e de distinguir méritos de responsável que não existem, aconselhando aos demais, no pedestal da fatuidade, que lhes sigam as pisadas e se apliquem mais no trabalho. Não demonstram nenhuma preocupação em contactarem directamente os problemas e os homens.

A sua única preocupação é a de se instalarem em PCs, onde rodeados de grandes efectivos especialmente destacados para a sua protecção respiram a atmosfera da prestação quotidiana das honras militares devidas ao seu escalão, honras que com particular atenção eles ritualizam. Gostam de se fazer rodear de uma corte de camaradas, que, ingénuos e sem independência de espírito, se fatigam no elogio fácil, no servilismo para participarem da partilha das privilégios. Para esses, os cargos não comportam sacrifícios nem responsabilidades, só privilégios.

Tais hábitos merecem da nossa parte a crítica mais radical, pois infelizmente o erro possui um poder de sedução maior que o da virtude, e tal comportamento se não é combatido, arrisca generalizar-se.

A arte operacional ocupando-se da teoria e da prática da preparação e condução das operações coordenadas ou independentes das forças armadas (frentes, regiões), põe também alguns problemas importantes.

Ao nível das frentes e regiões, as questões mais importantes põem-se ao nível de instalação dos dispositivos.

Um dispositivo numa frente ou região guerrilheira é por definição um dispositivo ofensivo. Claro, que isso não implica, antes facilmente se compreende, que não se tomem disposições defensivas.

A instalação dum dispositivo toma base num conhecimento pormenorizado de terreno, numa avaliação correcta de forças, da possibilidade, rentabilidade e eficácia da acção ofensiva.

Enquanto que ao nível da táctica um grupo guerrilheiros actua sem flanco nem retaguarda, ao nível de arte operacional, quando se sobe na escala dos efectivos, não se concebe a acção sem coordenação, manobra, apoio operativo, apoio logístico e guarnição das linhas. A experiência ensina que neste caso, quer em situação ofensiva quer defensiva a função da coordenação é do apoio operativo.

Justamente por isso, uma das preocupações essenciais deve ser a constituição de forças de reserva e de intervenção operacional.

Há que incessantemente procurar evitar o combate no interior das linhas, que conduzem inevitavelmente à perda de iniciativa.

Há que combater também e sobretudo na fase actual a tendência do apego excessivo ao terreno e aos problemas de administração civil, que sendo atribuições de outros organismos, não deixam de muitas vezes roubar tempo e desperdiçar energias e investimentos.

No aspecto defensivo, há que ter em conta que a solidez numa cadeia é determinada pela solidez dos seus elos. A intervenção operacional inimiga visa particularmente e numa primeira fase a desarticulação do

dispositivo das FAP, situação que impede a sua coordenação e manobra e logicamente tira o poder de reacção contra-ofensiva. Assim, no aspecto defensivo há que velar cuidadosamente pela articulação do dispositivo, verificando quais os pontos fracos, quais as prováveis vias de acesso inimigo, constituindo núcleos fortificados ao longo das vias de infiltração, constituindo as reservas e estruturando as possibilidades de reacção contra-ofensiva.

Quanto ao problema da organização das forças móveis referir-nos-emos mais adiante.

Quanto aos problemas estratégicos actuais, eles referem-se particularmente à organização da contra-ofensiva. Essa melhor organização da contra-ofensiva supõe :

- uma correcta avaliação da correlação de forças;
- a organização da guerra de movimento e de aniquilamento;
- estruturação das FAP;
- aumento da eficácia estratégica.

Não há elaboração estratégica que não se apoie numa avaliação correcta da correlação real e potencial das forças em presença. A avaliação das forças inclui elementos quantitativos, qualitativos e potenciais. Ela não é uma equação aritmética. Ela não deve ser multi-lateral, incidir sobre a essência dos elementos, nos aspectos político e militar na quantidade e na qualidade, no real e no potencial, fazendo uma justa apre-

ciação das capacidades combativas das duas partes incidindo não só sobre as forças em presença mas também na sua posição estratégica e na sua eficácia. É preciso apreciar as forças em presença não só no teatro militar, mas também pesar o capital de simpatia e solidariedade que elas dispõem internacionalmente.

Vimos já que a tarefa principal de contra-ofensiva é a organização da guerra de movimento. A guerra de movimento supõe a criação de forças móveis. Há que conceber a organização das forças móveis, não somando automática e mecânicamente os diferentes grupos guerrilheiros, que, na nova estrutura, continuam actuando nos moldes antigos e o que é mais grave com os anteriores vícios. É preciso compreender que a organização das forças móveis integradas, supõe como premissas fundamentais a elevação do nível técnico e político, o reforço da disciplina, e a constituição dum espírito de corpo.

A rentabilidade da actuação destas unidades é directamente função da centralização a partir dum comando unitário, da planificação, e muito particularmente da sua coordenação.

A nova etapa que atravessamos impõe-nos um grande trabalho de organização e em particular a estruturação das forças armadas, que deve ser concebida em forças móveis cuja acção baseada na mobilidade, manobrabilidade e coordenação têm por objectivo provocar modificações nos teatros de operações parciais, criando as zonas libertadas, base de apoio para a ofensiva estratégica, e forças locais, com a missão de defender o poder popular local, fustigar e imobilizar o inimigo, fixar o inimigo no terreno.

Tudo se põe, pois, em termos de elevação da eficácia estratégica. E esta é directamente função dos factores homem e armamento, dos aspectos militar e político, da logística, equipamento e métodos de combate.

Só resolvendo correctamente todos esses problemas em todos os seus aspectos, daremos à contra-ofensiva um carácter de impetuosidade irreversível, criando as condições para uma ofensiva estratégica generalizada, para a insurreição geral de todo o povo, para a tomada do poder político, para a Vitória Certa.

Outubro/1971

Composto e impresso na

Tipografia REGRAL

L U A N D A

— 1976 —